

O atual pensamento estratégico militar brasileiro*

Marcio Tadeu Bettega Bergo**

Neste limiar de uma nova era, é cada vez maior a necessidade de judicioso planejamento no emprego de recursos. Igualmente, o avanço tecnológico e a velocidade e a quantidade de informações disponíveis impõem aos dirigentes de instituições uma rapidez decisória nunca dantes vista. A tomada da melhor opção e o emprego adequado dos meios disponíveis estarão na raiz do sucesso em qualquer empreitada. Aos que não planejam e àqueles que, mesmo planejando, não são ágeis na implementação das decisões estará destinada grande possibilidade de fracasso.

Neste ambiente contemporâneo, o conceito de “Estratégia” permeia o processo de gestão em qualquer setor. Pode-se fazer “estratégia” desde os mais simples atos do cotidiano até as grandes ações de empresas globais.

Com essas considerações em mente, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) realizou, em junho de 2004, o 4º Ciclo de Estudos Estratégicos, onde se focaram as Estratégias Militares para o Brasil no século XXI, suas necessidades e possibilidades. O evento iniciou com uma apreciação sobre a importância da Estratégia e uma avaliação dos desafios internacionais em matéria de segurança e defesa. Em seguida, foi conduzida uma apreciação do pensamento estratégico nacional e de defesa. Complementando, pude usar a palavra para centrar atenção no pensamento estratégico militar do Brasil, como ele nasce, como se difun-

de e se aperfeiçoa e como poderá produzir frutos. Estas são as idéias apresentadas na ocasião.

Definindo Estratégia

O “jogo da vida” segue conforme suas “regras” universais: grupos sociais se organizam e buscam as melhores condições de vida para seus integrantes. No seguir dos tempos, ao se deenfrentarem dois ou mais grupos, estes podem ter vontades coincidentes ou não. Na concordância, somar-se-ão esforços. Em caso de discordância, haverá confrontação, onde um tentará prevalecer, o que resultará na capitulação ou absorção de um pelo outro. A atuação de imposição de vontades se dá pela aplicação de meios (ou poder) nas suas mais variadas facetas. Essa rápida sintetização consolida princípios que se aplicam a qualquer aglomeração humana organizada – estados, empresas, clãs. E o oponente pode ser outro grupo ou elementos naturais, comumente chamados obstáculos ou óbices. Muito rápido e sintético, mas o que importa é o raciocínio: alguém deseja uma coisa, há alguém se opondo ou surge algo difícil no caminho; então, aplica-se poder para ultrapassar esse empecilho!

Aí, chegamos ao âmago do entendimento do princípio básico da Estratégia – aplicar poder para se atingir um objetivo. O objetivo deve ser definido. E aí se situa o campo de atuação da Política, que pode ser definida como a “ciência da interpretação das vontades de uma coletividade e o estabelecimento de objetivos correspondentes à satisfação destas vontades”. À

* Colaboração da ECEME.

** O autor é General-de-Brigada.

Estratégia caberá a fase seguinte, que será a consecução dos objetivos. Para tanto, alocará os meios (recursos, poder, em suma) disponíveis, após os necessários planejamentos.

Em resumo, dizemos que cabe à Política explicitar “o que” fazer ou “aonde ir” e à Estratégia definir o “como fazer” ou “por onde chegar”. Uma terceira etapa será, na seqüência, a execução, ou seja, a efetiva aplicação dos meios recebidos, a “gestão” dos mesmos (uso, fiscalização e correção de rumos, realimentando o processo).

E é esta, enfim, a definição atual mais abrangente de Estratégia – *alocação de recursos (de toda ordem: humanos, materiais, financeiros, tecnológicos) para o atingimento de um objetivo.*

Essa definição em nada altera o significado original do termo, estritamente militar (Estratégia significa “arte dos generais”, pois “estrategos” era como se chamavam os comandantes militares na antiga Grécia). Pelo contrário, ela o amplia e atualiza – Estratégia Militar cuida exatamente da alocação dos meios destinados às ações do poder militar, para que este cumpra com suas finalidades!

Como foco de idéias, podemos, portanto, afirmar que as Estratégias Militares a serem empregadas ou adotadas pelo nosso País dirão respeito à forma como organizaremos os recursos alocados predominantemente para a nossa segurança e a nossa defesa.

O Brasil no panorama mundial do século XXI

Iniciamos a abordagem deste aspecto pelo seu final: o Brasil deve pensar grande! Os objetivos nacionais necessitam ser amplos, nosso destino é de relevo no cenário internacional! Não temos o direito de legar a nossos descendentes um País que não seja de destaque no concerto das nações, nem que nosso povo não tenha um padrão de vida dos mais elevados. Não, defini-

tivamente! Até porque nossa própria riqueza em recursos nos colocaria “no olho do furacão”.

Deste pequeno planeta situado numa galáxia num canto do universo, única fonte de vida conhecida num raio apreciável de alguns milhares de anos-luz, nosso Brasil ocupa posição privilegiada em todos os aspectos.

Temos uma população considerável, coesa, integrada em idioma, costumes e sentimentos. Extensão territorial apreciável, compacta, relevo suave, sem grandes obstáculos, maior fronteira agrícola do planeta (17% das terras agriculturáveis!), ecossistemas variados, jazida magnífica de recursos minerais dos mais diversos, maior biodiversidade do mundo, segunda maior fonte de água doce da Terra, plataforma marítima apenas despontando e já impressionando pelo potencial de riquezas, clima não agressivo, com ausência de cataclismos naturais de vulto, paisagens e recantos altamente atrativos para a indústria do turismo... tudo neste país é superlativo! E gera também cobiça e ciúmes, igualmente superlativos.

Infelizmente, os problemas atuais também são amplos: muitas lideranças descompromissadas com os destinos do País, distribuição de renda das piores do mundo, sistema educacional deixando a desejar, atendimento sofrível à população em aspectos básicos (saneamento, infra-estrutura, saúde e outros), segurança pública em padrão crítico, nível abaixo do desejado em investimento e poupança. Apesar de grande produtor e do considerável mercado interno, somos cerca de 1% do comércio mundial.

Ou seja, o Brasil é um gigante em potencial e um nanico em desenvolvimento, em que pese a existência de ilhas de excelência, pedaços de primeiro mundo incrustados num campo fértil, porém ainda por desbravar.

Aí está, pois, num panorama aberto, o grande desafio, a grande questão a ser debatida e ponto central das nossas discussões no citado ciclo de debates: *o que o Brasil quer ser?*

Qual nosso papel futuro no concerto das nações? Qual nosso respaldo para o anseio a um assento permanente no renovado Conselho de Segurança da ONU?

O mundo do século XXI aí está – dinâmico, com uma população plena de necessidades das mais diversas naturezas por serem atendidas (ou seja, mercado!), recursos limitados e mal distribuídos (e nesse campo fomos privilegiados pela Natureza!), transformações acontecendo cada vez mais rapidamente, exigindo permanentes adaptações.

Esta “Nova Era” também nos brinda com um mundo com problemas dos mais variados matizes, com conflitos de interesses, ambições, carências, grupos sociais seguindo direcionamentos divergentes e, principalmente, em estágios de desenvolvimento distanciados cada vez mais. A desigualdade social só aumenta a cada dia.

A evolução nos trouxe do conceito de Cidade-Estado para o de Estado-Nação, e hoje existem já autores que consideram o Estado-Economia e o Estado Bem-Estar. As fronteiras geográficas já não são tão importantes, estando as fronteiras econômicas e tecnológicas adquirindo destaque cada vez maior.

Em resumo, este é o cenário em que nos situamos, a moldura para a estratégia militar brasileira:

– primeiro – o mundo moderno é ágil, quem não tiver conhecimento e capacidade de atuação ampla não terá condições de impor suas vontades;

– segundo – os obstáculos são amplos, muitas vezes camuflados;

– terceiro – o Brasil tem potencial, terá que ser grande, estar entre as grandes nações do mundo; não existe outra alternativa!

Segurança e defesa

Segurança é um estado, uma situação, um sentimento. É a proteção dos direitos dos cida-

dãos, permitindo a estes se desenvolverem em busca do objetivo geral, a felicidade. É uma preocupação permanente. Defesa é um conjunto de medidas que visa prever, evitar ou neutralizar as ameaças à segurança. Inclui o combate aos atos praticados contra a integridade, quer dos cidadãos quer do patrimônio público e das instituições da sociedade. Inclui, logicamente, a proteção contra ameaças externas. Segurança é substantivo, no campo do *abstrato*, é “sentida” e desfrutada. Defesa é um conjunto de ações (verbos), no campo do *concreto*, é planejada e executada, preventiva ou reativamente.

Em um passado não muito distante, constatou-se em nosso País certos “traumas” com respeito à palavra “segurança”, um, digamos assim, “patrulhamento semântico” quanto ao seu uso, ficando ela destinada à proteção dos interesses propriamente ditos do cidadão comum (segurança pública, em suma). Ao mesmo tempo, convencionou-se destinar o termo “defesa” às atividades militares, voltadas mais ao campo externo, aparecendo algumas “derivações adjetivadas” do termo: quando o tema se refere a catástrofes naturais, diz-se “defesa civil”; em casos de ordem pública, fala-se em “defesa social”. Hoje este “preconceito” desaparece gradativamente, com a sociedade entendendo o inter-relacionamento cada vez maior dos assuntos. Segurança abrange tudo, defesa idem! Tudo se inter-relaciona, em maior ou menor grau. As ameaças transcendem o território nítido de cada campo do poder. A defesa, portanto, também deve ser dinâmica e interdisciplinar. Chega-se, pois, à conclusão de que quando se usam as palavras “segurança” e “defesa”, entendem-se temas que afetam toda a sociedade, em todos os setores. Segurança pressupõe a participação de todos os cidadãos e a presença da autoridade em sua plenitude democrática, em exercício livre e sob o império da lei. Segurança é função do Estado. Cabe a

ele definir qual ou quais elementos de sua organização irão atuar e de que forma.

O mundo contemporâneo enfrenta, em escala cada vez mais ampla, as chamadas “novas ameaças”, não convencionais, que compreendem o narcotráfico, o contrabando em geral e o de armas em particular, o terrorismo, as armas de destruição em massa, a corrupção, a falsificação e a lavagem de dinheiro, as insurreições políticas e comerciais, os seqüestros e as extorsões, a violência urbana, os crimes “cibernéticos” e o crime organizado em geral. Adicionem-se a esse quadro ameaças como subdesenvolvimento, pobreza, fome, epidemias, desagregação social, analfabetismo, exclusão tecnológica e tantas outras. Todas essas ameaças têm seus efeitos se propagando em velocidades incríveis e em amplitude geográfica considerável. A elas se agrega a tradicional ameaça do mais forte, quando seus interesses se chocam com os do mais fraco.

Os anseios nacionais estão claros: integridade, prosperidade e bem-estar geral. E os obstáculos também estão! Como vencê-los? Que tipo de poder e em que quantidade aplicar? E, principalmente, onde se encontram as fronteiras entre atuação (poder!) educacional, econômica, policial, judiciária, militar? Há situações em que elas são nítidas, outras nem tanto, é preciso um estudo aprofundado e decisões ditadas pela política. Ressalte-se que o significado da palavra “política” utilizado neste trabalho é o original, compreendendo idéias de cidadania, participação, vontade nacional, e não o contexto deturpado de “politicagem”.

Mas o mais importante de tudo é que deve existir integração entre todos os campos do poder, esta é a idéia-chave; em todos os campos e em todas as esferas – nacional, estadual e municipal.

Os novos tempos diminuíram, porém não eliminaram, as possibilidades de emprego de forças militares em guerra no seu conceito tradicional, de Estado contra Estado. Aumentam,

por outro lado, as necessidades ligadas ao combate, as já citadas “novas ameaças”. Os novos inimigos atuam em rede, são espertos psicológica e tecnologicamente, manipulam a assimetria e não necessitam de “recrutamento” – têm “mão-de-obra” farta e qualificada.

Assim, se o inimigo é flexível, o Estado também o deve ser, inovando na luta. Os fatores antagônicos têm seus pontos fracos, cabe ao aparelho do Estado conhecê-los e atuar adequadamente. A estratégia tem de ser de antecipação e de rapidez na ação. E as forças de defesa devem se preparar para todas as ameaças. O Estado detém o monopólio do uso da força. O termo “força” engloba desde um policial com um cassetete até um bombardeiro supersônico com míssil guiado a laser. A dosagem de seu uso é tarefa indelegável do Estado – ele é quem sabe qual força usar e contra qual adversário. Distribuir recursos e missões no espectro forças policiais/forças militares é um exercício árduo e objeto de muitas controvérsias.

As doutrinas e as maneiras de atuação das forças militares se encontram em mudança. Os chefes militares modernizam seu pensamento, organizam-se para fazer frente às novas ameaças e buscam interagir com os demais setores da sociedade. Restrições econômicas, porém, diminuem cada vez mais os meios disponíveis – em quantidade e em qualidade. As ameaças são novas, no entanto as estruturas de defesa se encontram de modo geral debilitadas e defasadas. E um ciclo de estudos como o mencionado serve exatamente para que se discutam outras formas de soluções, estratégias inéditas ou aperfeiçoadas. É para discussões dessa natureza que acontecem tais reuniões.

Estratégias para o século XXI

Como já visto, os desafios para nosso País são imensos. Os objetivos nacionais são claros, encontram-se na Constituição Federal. Ca-

be-nos realizar os levantamentos conseqüentes: os cenários futuros, os obstáculos (reais e potenciais), os meios necessários e as alternativas disponíveis.

Também o campo de atuação militar se encontra delimitado na Carta Magna, cabendo-lhe, muito resumidamente, em primeiro lugar a defesa da Pátria e, na seqüência, a garantia da lei e da ordem e a contribuição com o desenvolvimento da Nação.

Ou seja, bastará, pois, estudar e fixar políticas, implementar estratégias e executar gestão! Simples, não? Não, complicado. E muito!

O primeiro passo é a necessidade da existência de forte vontade nacional, de coesão em torno dos propósitos, para que os objetivos sejam comuns à sociedade como um todo. Na seqüência, serão fundamentais as decisões políticas decorrentes. A partir daí é que “entra em campo” a Estratégia.

Os desafios atuais são de diversas naturezas, como já vimos, muitas delas novas. Portanto, a aplicação de poder deve ser coerente, pelos diversos campos. Existem áreas comuns, temas interligados. Ninguém discorda de que um país grande, no sentido que aqui desejamos ao termo, seja grande não só em território, população e recursos. Ele tem de ser grande em tecnologia, em comércio, em cultura. E, logicamente, proporcionar o melhor em termos de bem-estar aos seus cidadãos. Um país grande em todos os setores. E dotado de um poder militar adequado para defendê-lo.

Em suma, o que se propõe é a elaboração de um grande *Projeto Nacional*, claro e preciso. O primeiro passo é efetuar um levantamento prospectivo do cenário futuro desejado, especificando os focos de atenção para investimento hoje, visando melhorias no prazo considerado; balancear a aplicação dos meios, elegendo prioridades mas que estas não deleguem as demais ao esquecimento. Instrumentos como o Plano Pluri-Anual (PPA) e a Lei Or-

çamentária Anual (LOA) seriam plenamente respeitados, tornados efetivos elementos de planejamento estratégico e não meras peças decorativas como ocorre atualmente. Fruto desse estudo, ocorreria uma revisão nas políticas de Estado, visando integrá-las. Assim, teríamos uma “Política Nacional de Segurança” (não de “Segurança Nacional”), da qual a defesa seria um segmento, juntamente com outras (educacional, desenvolvimento etc). Teríamos renovadas políticas: de Defesa Nacional, de Segurança Pública, Externa, de Segurança Judiciária, Educacional, Ambiental, de Desenvolvimento...

Uma vez definidos os objetivos nas políticas setoriais, as estratégias respectivas seriam revistas, voltadas aos respectivos campos do poder, alocando os recursos disponíveis e implementando as ações necessárias.

Seguem-se algumas idéias de ações a realizar, que poderiam se constituir em “macro-projetos” do citado “Projeto Nacional”:

– Investir maciçamente em educação, a base de tudo.

– Utilizar a inteligência em intensa proporção, inteligência de todos os tipos: nacional (política), acadêmica/tecnológica, militar, legal (judiciária ou de “aplicação da lei”), econômica (industrial/comercial), de grupos religiosos, das ONG (Organizações Não-Governamentais) e da mídia. Isso servirá para se detectarem obstáculos, desvios, resultados e principalmente como medida preventiva, antecipando-se ações adversas.

– Privilegiar as ações voltadas para o fortalecimento econômico e social do País, investindo na infra-estrutura produtiva e de serviços.

– Atuar mais intensamente no campo internacional, tanto no tocante ao comércio exterior como na projeção externa do País.

– Arquitetar uma reestruturação geral nos sistemas financeiro, judiciário e eleitoral do País, dando rapidez, transparência e eficiência.

cia à máquina administrativa estatal, otimizando os serviços prestados à população pelas três esferas do Estado.

– Intensificar projetos que desenvolvam sentimentos de nacionalidade, patriotismo, valores morais, crença nas instituições, culto a vultos históricos. Há a idéia predominante de que o desenvolvimento econômico eliminaria muitas das causas dos sofrimentos que acometem os brasileiros. No entanto, sabe-se que só isso não é suficiente. Existem problemas que não têm raízes em causas econômicas. Os motivos são de outra ordem – cultura e instrução, valores, presença (ou ausência) do Estado, instituições deficientes.

– Desencadear luta incansável contra a corrupção e a impunidade em geral.

– Manter a lembrança de que existe, ainda, a possibilidade de o Brasil ser afetado por reflexos de acontecimentos em países vizinhos, e também a possibilidade de intervenções extracontinentais, fruto da cobiça por riquezas naturais ou de ingerências por outros motivos. Para isso, não descuidar da manutenção de uma força dissuasória capacitada a manter afastados eventuais candidatos a agressores. E em caso de ocorrência feita por agressor muito mais forte, desenvolver adequada capacidade de resistência.

Essas são ações militares? Não exclusivamente. São atitudes integrantes de estratégias nacionais e todas de alguma forma ligadas ao conceito de “segurança”, que é dever do Estado. O que queremos afirmar é que não bastam estratégias militares sem a coexistência de harmônicas estratégias em outros setores. Sem isso, o poder militar, por maior que seja, não terá eficácia. As Forças Armadas devem, sim, integrar com todas elas, em estreita cooperação, com maior ênfase em umas do que em outras. Igualmente, outros campos do poder devem ter participação naquelas específicas das Forças, apoiando-as decisivamente. No entanto, repete-

se, tudo acontecendo sempre conforme um Projeto Nacional amplo, que reflita a aplicação do poder nacional frente aos obstáculos levantados rumo à conquista dos objetivos finais.

Atualizando o pensamento estratégico militar brasileiro

Não se pretende aqui repetir conceitos de manual, tratando dos métodos da Estratégia (direto e indireto) nem as formas de resolução de conflitos (persuasão, dissuasão, coerção) e muito menos discorrer sobre os meios preponderantes a serem utilizados em cada uma delas. Tampouco abordaremos os modelos de planejamento nem as estratégias presentemente consideradas (presença, dissuasão, ação independente, aliança, ofensiva, defensiva, projeção de poder, resistência). Para isso, bastará estudar o Manual de Campanha C 124-1 (Estratégia), todos esses ensinamentos lá se encontram.

Também o arcabouço legal se encontra estabelecido basicamente na Constituição Federal (Artigos 142/144), na Lei Complementar 97/99 e no Decreto 3.897/2001. Caso sejam necessárias alterações nesses dispositivos, existe um caminho legislativo específico para isso. Existe uma Política de Defesa Nacional, de 1996, e uma Estratégia Militar de Defesa, recente. Estão atualizadas? Necessitam revisões?

Até poucos anos atrás, os planejamentos eram estanques, cada Força Singular com seu sistema específico, e, mais grave, dissociados do ambiente civil. Ultimamente esse quadro vem se alterando e já estamos assistindo ao florescer de um sistema abrangente, agregador e interativo, ao menos no âmbito militar.

Em iniciativa inédita, o Ministério da Defesa (MD) realizou um exercício reflexivo sobre o tema. Em rodadas (uma por mês) de debates, cada uma dedicada a um tema específico, foram convidadas personalidades da vida nacional para apresentarem suas idéias. Mem-

bro do Governo, políticos, militares, diplomatas, acadêmicos, jornalistas e empresários deram suas contribuições. Uma equipe permanente, composta por membros do MD, das Forças Singulares (onde eu me incluía, designado pelo Comando do Exército), da Escola Superior de Guerra, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do meio acadêmico (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade de Campinas) e do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty), acompanhou os trabalhos, participou das discussões e serve, agora, como um difusor de idéias.

Os temas abordados foram:

– Evolução do pensamento brasileiro em matéria de defesa e segurança – uma estratégia para o Brasil;

– Conceitos de segurança e defesa: implicações para a ação interna e externa do Brasil;

– O Brasil diante dos desafios internacionais em matéria de segurança e defesa;

– O Brasil no cenário regional de segurança e defesa;

– Indústria de defesa;

– O papel da Ciência e Tecnologia na defesa da soberania nacional;

– As Forças Armadas e o desenvolvimento social do País;

– Alocação de recursos das Forças Armadas; e

– Elementos para uma nova Política de Defesa Nacional.

Para fechar o ciclo, houve a consolidação dos temas tratados e a publicação de livros com as principais conclusões.

Num fórum como esse, divulgam-se idéias e trocam-se experiências. Mais ainda, integram-se diversos setores da sociedade, militares e civis. É um exemplo do surgir de um pensamento estratégico militar genuinamente nacional e atual.

Ressalte-se que se encontra em fase final de elaboração o Sistema de Planejamento Es-

tratégico de Defesa, que expressa muitas das idéias aqui abordadas e resultará na padronização dos planejamentos militares brasileiros.

Estratégias militares para o Brasil

A já citada Estratégia Militar de Defesa, ainda não totalmente implementada, contempla diversos procedimentos a serem seguidos para dotar o Brasil do poder militar compatível com sua estatura atual e seu ideal futuro. Não iremos aqui estudá-la, mas, sim, apresentar as nossas principais idéias, quase todas lá constantes, direta ou indiretamente. E essas idéias são tópicos oriundos exatamente do pensamento estratégico predominante, constituindo as medidas propostas a seguir, todas elas ações estratégicas militares:

– Estabelecimento e manutenção de forças ágeis, organizadas em escalões adequadamente compactos e dotadas de meios modernos e ampla capacidade de deslocamento, mantendo-as constantemente adestradas e aprestadas para as missões específicas a cada grupamento (defesa externa, GLO, missões complementares).

– Distribuição dessas forças pelo território nacional de forma a direcioná-las às áreas de maior possibilidade de atuação.

– Intensificação dos intercâmbios com os países vizinhos, especialmente os do Mercosul, ampliando medidas de confiança mútua e interagindo ações.

– Manutenção de forças aptas a atuar no exterior, em cumprimento aos compromissos assumidos pelo Brasil quanto a missões de paz.

– Implantação de um sistema logístico integrado e funcional, capacitado a apoiar as tropas em operações em qualquer lugar, sob quaisquer condições e durante o tempo que se faça necessário; que seja simples e eficiente, com uma estrutura que permita atender à maioria das situações, na paz e na guerra. É

muito importante ser ressaltado que logística não se improvisa!

– Estabelecimento de um sistema de mobilização nacional, com uma legislação adequada e principalmente com a conscientização da sociedade de que ela é a responsável maior pela sua própria segurança.

– Investimento na “4ª dimensão” da batalha, o chamado *espectro* – palavra (que alguns estudiosos substituem por *outer space*) utilizada para significar as radiações de uma maneira geral (eletromagnéticas, ultra-sônicas, infravermelhas, termais e outras) e os equipamentos que possibilitam, a distâncias cada vez maiores, sensoriamento, comando e controle e direcionamento dos meios ou agentes de atuação de todas as naturezas.

– Investimento na tecnologia aplicada aos materiais de emprego militar, abrangendo amplo leque de itens, desde complexos sistemas de armas até armamentos e equipamentos individuais, com variadas alternativas para comunicação, ataque e autoproteção.

– Atuação no sistema “cérebro”, no pensamento militar, com revisão das estruturas, do treinamento e da capacitação gerencial, que trará reflexos nos processos de transmissão de dados e de tomada de decisão.

– Atualização do fluxo de informações e dos níveis de tomada de decisão – reestruturação do Sistema de Comando e Controle, com estudo dos canais que devem ser percorridos até a decisão e o conseqüente tempo decorrido entre a identificação de uma necessidade ou de uma ameaça pelo sensoriamento e ação respectiva de resposta.

– Reengenharia das estratégias da dissuasão e da resistência – com mais aprofundados estudos das armas, dos equipamentos, da articulação de tropas, dos meios de ligação e de coordenação, dos processos de suprimento e das descentralizações decisórias que melhor atendam às hipotéticas situações imaginadas.

Quanto à resistência, considerar que ela não deve ser limitada a uma região, mas ao país como um todo. Outra consideração é que ela é reativa, acontece *depois* – temos de pensar no *antes*! Ao se levantar a hipótese de uma agressão externa direta ou a tentativa de conquista de uma fatia específica do território nacional, estudar também as conseqüências, por exemplo, da imposição anterior de um bloqueio aéreo ou naval ao eixo Rio-São Paulo ou de uma interrupção no fluxo de capitais ou de insumos industriais. O que aconteceria se o Brasil sofresse um ataque no campo econômico ou a destruição de linhas de transmissão de energia elétrica? Quais as reais capacidades de nossas defesas antiaéreas e navais?

– Intensa coordenação entre as forças terrestres, aeroespaciais e marítimas – desde já, no mais amplo espectro, prevendo integração dos sistemas comuns e a capacitação para sincronização de ações simultâneas em todo o campo de batalha, envolvendo mais de uma força, indo além das simples linearidade ou ações sucessivas.

– Inserção do trato da gestão em seu mais elevado nível e abrangência, visando a atingir fundamentalmente o *espírito* dos integrantes da Força, para que estes realmente se conscientizem e vivam os conceitos de funcionamento sistêmico, de administração por resultados, de delegação de decisões até os escalões compatíveis com as mesmas, de coordenação proativa e que, sobretudo, entendam que certos cargos têm atribuições pelas funções que representam e não pelas pessoas que os ocupam; faz-se importante o desenvolvimento de *liderança* em todos os escalões.

– Estudo aprofundado do conceito de sistema ou projeto de força integrado, de origem norte-americana, simplificada e conhecido como DTLOMS – Doutrina, Treinamento, Liderança, Organização, Material e Soldado (pessoal). Um projeto assim poderá ser efetivamente

te testado, por intermédio de modelagens, e realimentado em seu funcionamento, para confirmação de sua eficiência, sua eficácia e efetividade, num processo contínuo. É importante se deixarem de lado paradigmas e conceitos de DTLOMS ultrapassados, adotando-se uma estratégia de *transformação* e não somente de *modernização*. E que todos os parâmetros sejam, logicamente, adequados à realidade brasileira, com perfeita sintonia entre a Política e a Estratégia, no campo da segurança nacional.

– Estudo do conceito chinês de “operações militares de não-combate”, uma forma de atuação em que forças militares empregam o poder, porém sem confronto direto – uma ferramenta a mais de dissuasão.

– Finalmente, ressaltar a coordenação de ações! Entre todas as instituições nacionais: políticas, econômicas, educacionais/acadêmicas, religiosas, judiciárias, alfandegárias, policiais e militares, com a perfeita definição das atribuições de cada uma delas e com a realimentação permanente dos sistemas. Um bom exemplo desse tipo de proposição se encontra no Programa Calha Norte; ou seja, é uma “tecnologia” que já dominamos e cujos princípios podem se estender a outras áreas.

Urge a modernização das estruturas e dos processos, com uso intensivo da inteligência e da tecnologia, duas “aliadas” importantíssimas.

Conclusão

Estratégia deve ser, por definição, *proativa*. Ou seja, é um instrumento de *antecipação*. “É nos dias de sol que se conserta o telhado”, diz o ditado. Há que se preparar constantemente o “arsenal” de recursos humanos, o aparato legal, os meios. Estuda-se prospectivamente o cenário futuro, levantam-se os óbices existentes ou potenciais e, fruto de judiciosos estudos custo-benefício, se aplicam os recursos, mediante decisões quanto a prioridades. Tudo isso para

que a Nação siga no rumo desejado e alcance seus objetivos.

O processo é contínuo e realimentado. E requer agentes qualificados para elaborar os planejamentos que tornarão realidade as decisões tomadas e gerenciar a sua execução.

Quanto a planejadores e executivos, o Brasil está no caminho certo, com alguns centros de excelência em pesquisa e qualificação, em que pese a falta de incentivos e oportunidades a muitos empreendedores.

Uma grande fonte de pensamento estratégico são os cursos de Política e Estratégia das três Forças e da Escola Superior de Guerra (ESG). Esses cursos fornecem oficiais habilitados nesses campos e sintonizados com os novos tempos. O Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), por exemplo, é fruto de uma acertada decisão sobre sua criação, em 1987. Inclusive seu nome foi uma feliz escolha, pois ele propicia amplos conhecimentos nas áreas da Política, da Estratégia e da Alta Gestão.

A criação de Centros de Estudos Estratégicos (CEE) é outro passo importante. São locais de germinação de idéias, de acompanhamento da conjuntura e de formulação de propostas estratégicas. A ECEME criou o seu CEE em 2000, e o Exército Brasileiro instituiu o CEEEx no ano passado. Esses procedimentos têm se repetido com saudável freqüência no meio acadêmico e empresarial do País, ampliando gradativamente a base de sustentação do pensamento estratégico. A sociedade em geral se conscientiza mais e mais – pelo menos as elites pensantes.

Há tarefas que são atribuição exclusiva do Estado, que não pode, absolutamente, abrir mão delas. O binômio segurança e defesa é uma delas, vital para a sobrevivência da sociedade. Há de se decidir, levantar detalhadamente todas as missões conseqüentes, dividindo-as adequadamente entre os agentes estatais, de modo a não se deixarem áreas a descoberto nem superposição de funções. O Brasil tem um des-

tino de grandeza a cumprir e não pode se furtar a ele. Não temos o direito de nos contentar em ser periferia!

A ciência prospectiva oferece métodos de comprovada valia para se visualizarem cenários futuros, em horizontes delimitados. Haverá que se decidir qual destes nos seja o mais favorável ou benéfico, assim como o papel que nele se deseja para o nosso País. E aplicar os recursos passíveis de direcionar a Nação Brasileira ao cenário desejado. Trata-se de adotar, hoje, as medidas que levem ao amanhã que almejamos – o melhor para todos os filhos desta mãe gentil.

A ferramenta mais adequada a estes nobres propósitos chama-se Planejamento Estratégico, pois recurso empregado sem Estratégia é desperdício. E Estratégia sem Política é inútil!

O Brasil está, aos poucos, despertando para seu destino e criando uma base conceitual própria e se estruturando para formular e aplicar estratégias que o conduzam ao seu futuro de grandeza. É um longo caminho, porém os primeiros passos estão acontecendo. No entanto, há muitos obstáculos adiante. A carência maior está nas boas lideranças políticas, que terão possibilidade de emergir em maior intensidade

do seio de uma sociedade mais homogênea socialmente, mais consciente, confiante em suas instituições e entusiasmada pelo seu progresso. E isso somente ocorrerá quando as gerações de brasileiros se sucederem recebendo amplos investimentos em educação e com o desenvolvimento, como já dito, de sadios valores de patriotismo e nacionalidade.

Um Estado soberano não é somente aquele que detenha a capacidade de definir seus rumos ou que detenha maior poder econômico. O conceito de soberania inclui a capacidade de defesa de seus interesses e, também e sobretudo, a responsabilidade pelos seus atos – ou pela ausência deles. Um Estado, não sendo capaz de proporcionar satisfação aos anseios de seu povo, com certeza dará margem ao aparecimento de ilícitos de toda natureza, o que pode ser motivo de turbulências, de desagregação ou até de intervenção por outros estados, realmente soberanos e mais poderosos. E se for incapaz de usar racionalmente suas riquezas em prol do bem-estar de seu povo, ou mesmo de defendê-las, poderá tê-las cobiçadas e ameaçadas por terceiros.

Lembremos sempre – a nação que não traçar seus próprios rumos os terá ditados por outra.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Uma Mulher Egípcia

Jehan Sadat

Poucas vezes a Biblioteca do Exército editou título com oportunidade e qualidade como este relato autobiográfico de Jehan Sadat (viúva de Anwar Sadat). A autora se apresenta como muçulmana, filha de pai egípcio e de mãe inglesa, e cedo aprendeu a conviver com o multiculturalismo familiar. Henry Kissinger escreveu: "...a história de Jehan Sadat é autêntica e apaixonada descrição de uma vida como muçumana emancipada, patriota, esposa e mulher... única no seu gênero."